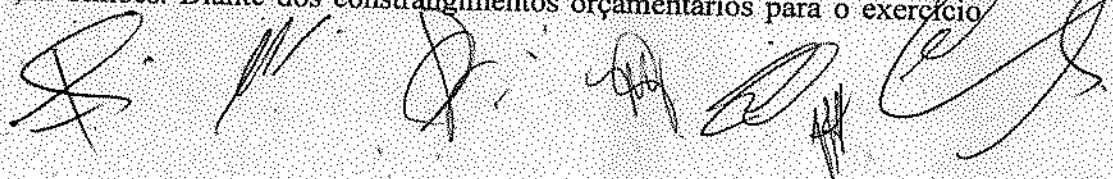


**ATA DA 5ª REUNIÃO DO PROCESSO DE REABERTURA DO SISTEMA DE
NEGOCIAÇÃO PERMANENTE – SINP**

São Paulo-SP, 25 de abril de 2013.

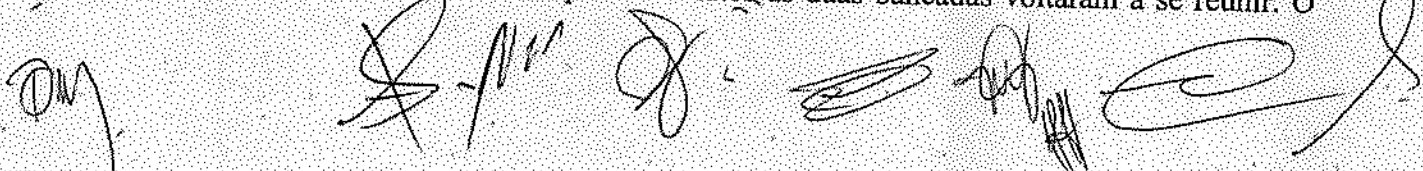
1 Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e treze, às quatorze horas e trinta minutos, no
2 auditório do décimo oitavo andar do Edifício Martinelli, localizado na Rua Líbero Badaró, nº 504,
3 foi realizada a 5ª Reunião do Processo de Reabertura do Sistema de Negociação Permanente,
4 presidida pelo Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão,
5 CHRISTY GANZERT PATO. Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes da
6 administração: EDUARDO IGNÁCIO DE FARIA (Secretaria do Governo Municipal);
7 EURÍPEDES BALSANUFO CARVALHO (Secretaria Municipal da Saúde); ROSELEI JULIO
8 DUARTE (Secretaria Municipal de Educação). Representantes das entidades sindicais:
9 ANTONIO CARLOS DA CRUZ JÚNIOR, representando o Sindicato dos Médicos de São Paulo –
10 SIMESP; CARLOS ALBERTO SANTANA, representando o Sindicato dos Motoristas e Servidores
11 do Estado de São Paulo – SIMOSERV; CARLOS AUGUSTO SOUSA SILVA, representando o
12 Sindicato dos Guardas Cíveis Metropolitanos de São Paulo – SINDGUARDAS-SP; CÁSSIO
13 VIEIRA DOS SANTOS, representando o Sindicato dos Auditores Fiscais Tributários do Município
14 de São Paulo – SINDAF-SP; CLAUDETE ALVES, representando o Sindicato dos Trabalhadores
15 nas Unidades de Educação Infantil da Rede Direta e Autárquica do Município de São Paulo –
16 SEDIN; CLAUDIO FONSECA, representando o Sindicato dos Profissionais em Educação no
17 Ensino Municipal de São Paulo – SINPEEM; FELICIANO ALMEIDA DINIZ, representando a
18 Associação dos Servidores Municipais de São Paulo – ASMUSP; HONORINO ALVES DA CRUZ,
19 representando a Associação dos Contadores Municipais de São Paulo – ACMSP; IRENE BATISTA
20 DE PAULA, representando o Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias
21 no Município de São Paulo – SINDSEP; JOÃO D'AMARO, representando a Associação dos
22 Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Municipais – SEAM; MANOEL VERÍSSIMO,
23 representando a Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura do
24 Município de São Paulo – FASP; MARGARIDA PRADO GENOFRE, representando o Sindicato
25 dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo – APROFEM; MARIA ARACI DOS
26 SANTOS, representando a Associação dos Auxiliares de Enfermagem e Servidores da Área da
27 Saúde Pública e Autarquias Municipais de São Paulo; MARIA BENEDITA ANDRADE,
28 representando o Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São
29 Paulo – SINESP; MARIA BENEDITA CLARET ALVES, representando o Sindicato dos Agentes
30 Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo – SAVIM; MARIA LUCIA SILVA,
31 representando a Associação dos Auxiliares de Enfermagem e Servidores da Área da Saúde Pública
32 e Autarquias Municipais de São Paulo; MARIA ROSÁLIA TAPAJÓS, representando a Associação
33 dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Municipais – SEAM. Demais participantes: ADILSON
34 C. QUEIROZ, ANDRÉA AYDAR GENEROSO, DEODATO RODRIGUES ALVES, EVA
35 TEREZA DE FIGUEIREDO, ISABELA MENON, IVANIRA ANDRADE SILVA, LOURDES
36 ESTEVÃO DE ARAÚJO, PAULA FRANCINETE COSTA LEITE, SERGIO RICARDO
37 ANTIQUEIRA, SIGRID BARBOSA DE LIMA, VLAMIR LIMA. Iniciada a sessão, passou-se à
38 Ordem do Dia. O presidente propôs que as partes chegassem, ainda nesta reunião, a um acordo em
39 relação às propostas apresentadas pelo governo, deixando para a reunião do dia vinte e nove de abril
40 de dois mil e treze apenas a assinatura e celebração do convênio. Em seguida, voltou a destacar que
41 o manejo do orçamento aprovado pela gestão anterior traz amarras à gestão atual. Mostrou que são
42 mais de R\$ 2,2 bilhões de gastos que não estavam previstos no orçamento, além de receitas
43 superestimadas em R\$ 4,22 bilhões. Diante dos constrangimentos orçamentários para o exercício

OM



44 atual, explicou que o governo, em sua proposta, focou nas carreiras com mais perdas nos últimos
45 anos. Apresentou, então, a proposta que eleva o piso salarial municipal dos servidores PCCS's
46 Nível Básico e Nível Médio através da elevação do vencimento padrão. O vencimento padrão do
47 PCCS dos servidores de Nível Básico sofrerá elevação de 71,44%, passando dos atuais R\$ 440,39
48 para R\$ 755,00, configurando um piso salarial de R\$ 1.132,50. O vencimento padrão do PCCS dos
49 servidores de Nível Médio sofrerá elevação de 42,47%, passando dos atuais R\$ 645,74 para R\$
50 920,00, configurando um piso salarial de R\$ 1.380,00. Explicou que a elevação do vencimento
51 padrão acabará por elevar, conseqüentemente, todos os degraus da carreira, beneficiando também os
52 aposentados. Esclareceu que servidores de qualquer outra carreira que recebem piso inferior a R\$
53 1.132,50 terão complemento até esse valor. O presidente apresentou, ainda, a proposta de reajuste
54 linear de 11,46%, a ser concedido a partir do ano de dois mil e quatorze, e parcelado em cinco anos.
55 Esclareceu, na sequência, que as propostas apresentadas não esgotam as negociações, e que o
56 governo vai continuar debatendo reformulações nas carreiras e, conseqüentemente, nos salários, nas
57 negociações das mesas setoriais. Abriu-se o debate. A representante da APROFEM, senhora
58 Margarida Prado Genofre, afirmou que as novas propostas vêm ao encontro do que as entidades
59 vêm defendendo, que é a valorização do vencimento padrão. Argumentou que as propostas
60 avançaram significativamente, mas, como a mesa está tratando da discussão da data-base, indagou
61 sobre o reajuste linear para o ano de dois mil e treze. O representante do SINDGUARDAS-SP,
62 senhor Carlos Augusto Souza Silva, pontuou que a Guarda Civil Metropolitana conseguiu, no ano
63 de dois mil e nove, após muita luta, a elevação do vencimento padrão dos servidores de Nível
64 Básico ao patamar do vencimento padrão dos servidores de Nível Médio. Questionou, então, se os
65 servidores da Guarda Civil Metropolitana serão contemplados com a atual proposta do governo. O
66 representante do SEAM, senhor João D'Amaro, argumentou que a qualidade dos serviços públicos
67 passa pela qualidade de seus recursos humanos e cobrou uma reestruturação das carreiras. A
68 representante do SAVIM, senhora Maria Claret Fortunato, indagou sobre a necessidade da criação
69 de novas despesas, tais como a nova subprefeitura de Sapopemba, e perguntou se as reestruturações
70 das carreiras se darão apenas em dois mil e quatorze. A representante do SINESP, senhora Maria
71 Benedita Andrade, disse que as perdas salariais acumuladas durante o governo Marta foram de
72 41,43%, segundo cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
73 (DIEESE), o que representaria 70,73% em valores atualizados de janeiro de dois mil e treze; no
74 governo Serra, as perdas teriam sido de 39%, o que representaria 48,12% em valores atualizados de
75 janeiro de dois mil e treze. Diante desse quadro, argumentou que o prazo de cinco anos proposto
76 pelo governo para a divisão do reajuste linear é muito longo, e que espera que, ao fim do governo, o
77 problema do reajuste linear esteja equacionado. Indagou, ainda, sobre o montante de dinheiro
78 perdido pela prefeitura durante a renúncia fiscal deste ano, na qual a prefeitura fez um acordo com o
79 governo federal para não elevar os transportes, visando ajudar no combate à inflação. O
80 representante da FASP, senhor Manoel Verissimo, cobrou a elevação dos vencimentos iniciais dos
81 servidores de Nível Superior e indagou sobre a reposição da inflação durante os anos de dois mil e
82 quatorze, dois mil e quinze e dois mil e dezesseis. O representante da ASMUSP, senhor Feliciano
83 Diniz, declarou que o governo deveria repensar o reajuste linear e se disse decepcionado com a
84 proposta apresentada. A representante do SINDSEP, senhora Irene Batista de Paula, pontuou que a
85 Saúde possui muitas especificidades dentro dos cargos, citando, como exemplo, os técnicos e
86 auxiliares, e questionou como esses casos seriam afetados pela proposta do governo. Argumentou,
87 ainda, que os servidores de Nível Superior, caso não sejam contemplados, serão achatados. O
88 representante do SINPEEM, senhor Claudio Fonseca, indagou se a intenção do governo é,
89 realmente, a de promover uma valorização dos servidores do Nível Básico perante os servidores do
90 Nível Médio, já que os primeiros terão um reajuste percentual significativamente maior que os
91 últimos. Questionou, ainda, sobre os reajustes para as demais carreiras e sobre as mesas setoriais. O

92 representante da ACMSP, senhor Honorino Alves, se disse decepcionado com a proposta do
93 governo e pediu que as planilhas de receitas e despesas da prefeitura sejam disponibilizadas, para
94 que as responsabilidades em relação ao último orçamento sejam apuradas. A representante da
95 Associação dos Auxiliares de Enfermagem e Servidores da Área da Saúde Pública e Autarquias
96 Municipais de São Paulo, a senhora Maria Lucia Silva, indagou sobre o alcance da proposta aos
97 técnicos e auxiliares de enfermagem. O representante do SINDAF, senhor Cássio Vieira dos Santos,
98 argumentou que o governo está desconsiderando a data-base de 2013. Cobrou, ainda, maior atenção
99 aos aposentados sem direito à paridade, os quais, segundo ele, foram os que mais perderam nos
100 últimos dez anos. A representante do SEDIN, senhora Claudete Alves, perguntou se os percentuais
101 para a Educação de 10,19%, para o ano de dois mil e treze, e de 13,43%, para dois mil e quatorze,
102 além do Prêmio de Desempenho Educacional, estão garantidos. A representante do SINDSEP,
103 senhora Irene Batista de Paula, indagou se os celetistas das autarquias e do Hospital do Servidor
104 Público Municipal (HSPM) também serão abarcados pela proposta de reajuste nos Níveis Básico e
105 Médio. O presidente, na sequência, respondeu às dúvidas dos representantes das entidades. Disse
106 que o reajuste de 11,46% será concedido a partir de maio de dois mil e quatorze, sendo parcelado
107 em cinco vezes e sem retroatividade. Em relação ao reajuste linear, afirmou que as entidades teriam
108 que optar entre o foco de valorização das carreiras de Nível Básico e Médio, assim como fora
109 apresentado pelo governo, e um reajuste linear de 3% para todos os servidores. Argumentou que o
110 piso salarial será replicado para outras carreiras de Nível Básico e Nível Médio, ou seja, os
111 servidores que receberem menos que R\$ 1.132,50 e R\$ 1.380,00, respectivamente, receberão um
112 complemento, incluindo os servidores da Guarda Municipal Metropolitana e os profissionais de
113 enfermagem. Salientou a importância das mesas setoriais, afirmando que os ganhos conseguidos
114 através de reajustes lineares nunca são tão grandes quanto os ganhos conseguidos com a
115 reestruturação das carreiras. Nesse sentido, explicou que o piso salarial do Nível Superior será
116 discutido a partir da reavaliação dentro das próprias carreiras. Pontuou, ainda, que a proposta de
117 elevação dos pisos dos Níveis Básico e Médio será estendida para celetistas, autarquias e HSPM,
118 sendo política prioritária do governo a valorização expressiva dos servidores de Nível Básico.
119 Propôs, na sequência, que as bancadas assinassem o protocolo de negociação e o convênio na
120 próxima reunião, no dia vinte e nove de abril de dois mil e treze, e que as mesas setoriais fossem
121 instaladas a partir de então. A representante do SEDIN, senhora Claudete Alves, propôs que as
122 entidades sindicais indicassem um mediador e o governo indicasse outro mediador, podendo, este
123 último, ser o professor Arnaldo Nogueira. Indagou sobre a possibilidade de o governo arcar com os
124 custos de um mediador indicado pelas entidades sindicais. O presidente respondeu que não haveria
125 obstáculo por parte do governo nesse sentido, desde que o mediador indicado fosse alguém com
126 trajetória em negociações salariais. O representante da Secretaria Municipal de Educação, senhor
127 Roselei Duarte, afirmou que os reajustes de 10,19% e 13,43% para a Educação, nos anos de dois
128 mil e treze e dois mil e quatorze, respectivamente, estão garantidos. Reafirmou, ainda, que o Prêmio
129 de Desempenho Educacional também está garantido para este ano, e que a Secretaria está apenas
130 terminando de formatar a proposta a ser apresentada às entidades sindicais. Ressaltou que há uma
131 série de reformas sendo pensadas, como a dos ciclos, a de semestralidades e a da Educação de
132 Jovens e Adultos. O representante da ASSEF, senhor Felipe Manfrinato, disse ter interesse em
133 inaugurar uma mesa de profissionais de finanças. Indagou, ainda, sobre os servidores não optantes
134 do PCCS, os admitidos e os servidores do quadro geral. O presidente afirmou que o governo
135 pensará em ajustes para esses servidores. Reforçou que o interesse do governo é que as categorias
136 se organizem em mesas setoriais, espaços, estes, onde se darão as reestruturações das carreiras. As
137 dezesseis horas e trinta minutos deu-se a parada técnica solicitada pelas entidades sindicais para
138 debate interno a respeito das propostas apresentadas pelo governo e para a confecção de uma
139 contraproposta. Às dezesseis horas e cinquenta minutos as duas bancadas voltaram a se reunir. O



140 representante do SINPEEM, senhor Claudio Fonseca, fez o informe do balanço da parada técnica.
141 Afirmou que todas as entidades receberam com positividade a proposta de valorização dos
142 servidores de Nível Básico e Médio, mas que consideraram insatisfatória a proposta de reajuste
143 linear. Apresentou, na sequência, a contraproposta das entidades: aplicação linear de 6,5%,
144 correspondente a dois mil e treze, além da primeira parcela, de um total de duas parcelas, do passivo
145 a partir deste ano (11,46% divididos em duas parcelas, devendo a primeira ser paga ainda este ano).
146 Solicitou também o aumento de cinco para sete salários mínimos do limite para os servidores
147 receberem o Vale Alimentação. O presidente afirmou que já há estudos em andamento sobre o Vale
148 Alimentação, para que não haja perda para os servidores beneficiados com aumento salarial. Disse
149 que todas as considerações tecidas pelas entidades serão levadas ao governo e confirmou a próxima
150 reunião para o dia vinte e nove de abril de dois mil e treze, às quatorze horas, no mesmo local desta
151 reunião. Sendo dezessete horas e não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, da qual
152 eu, Marcel Moraes Felices, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria Municipal de
153 Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura de São Paulo, lavrei a presente Ata que, aprovada,
154 será devidamente assinada por mim e pelos presentes à reunião de aprovação.

